



Índice

- 01** [O grito de indígenas e quilombolas de Oriximiná](#)
- 02** [Em Getúlio Vargas \(RS\), índios ocupam área de mais de 4 mil hectares](#)
- 03** [Ameaças ao desenvolvimento de populações indígenas e tradicionais são debatidas pelo MPF](#)
- 04** [Integrantes da FPA querem saber “quem” patrocinou evento com mil índios em Brasília](#)
- 05** [MPF emite nota sobre a demarcação de terras indígenas](#)
- 06** [Comitê de Subregistro Civil entrega documentos aos indígenas de Amambai nos dias 18 e 19](#)
- 07** [Formado na Rússia, médico atende índios caingangues em cidade do RS](#)
- 08** [Contra o mugido das vacas](#)
- 09** [Respeitem a Constituição. Mobilização indígena nacional](#)
- 10** [Publicação sobre povos indígenas e o mecanismo de REDD+ na Amazônia é lançada em Brasília](#)
- 11** [Programa inédito irá beneficiar indígenas de Tenente Portela e Redentora](#)
- 12** [Povo Terena retoma fazenda em terra indígena de "propriedade" de Pedrossian](#)



O grito de indígenas e quilombolas de Oriximiná

SÍTIO RÁDIO RURAL, 07.10.2013

Na última quinta-feira (3), aproximadamente 200 índios entregaram a deputados federais reivindicações em defesa de demarcações de terras. Em Belém, índios e quilombolas de Oriximiná, município do oeste do Pará, também realizaram pequenos atos de protesto contra o Projeto de Emenda Constitucional 215/00. A PEC daria poderes ao parlamento para decidir sobre demarcações e titulações dos territórios indígenas e quilombolas. Índios e remanescentes de escravos têm pressa no município paraense. As terras estão sendo ocupadas aos poucos por mineradoras, hidrelétricas, madeireiras e pela soja.

Quinze comunidades quilombolas em Oriximiná aguardam pela regularização das terras. Os processos de titulação dos territórios Alto Trombetas, Jamari, Moura e Ariramba foram abertos pelo Incra e pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa) em 2004 e 2005. É uma área de mais de 330 mil hectares, o equivalente a mais de 300 mil campos de futebol. Seis anos depois, os processos pouco andaram. "Nem mesmo a fase inicial dos estudos de identificação foi executada", diz Lúcia Andrade, da Comissão Pró-Índio, de São Paulo (CPI-SP), uma das organizações responsáveis por um amplo estudo chamado 'Terras Quilombolas em Oriximiná: pressões e ameaças'.

O documento esmiúça a situação de índios e quilombolas no município, principalmente dos segundos. Os quilombolas vivem em nove territórios nas margens dos rios Trombetas, Erepecuru, Acapu e Cuminã. São 35 comunidades em Oriximiná. O município se espalha na chamada Calha Norte do Pará, onde está a maior concentração de áreas protegidas do mundo, com quase 13 milhões de hectares de unidades de conservação estaduais, 1,3 milhão de hectares de unidades de conservação federal e pouco mais de 7 milhões de hectares Terras Indígenas.

Apenas sete terras quilombolas estão tituladas na área de influência da Calha Norte. "A pressão tem sido grande", diz o líder comunitário Domingos Printes, 42 anos, morador do Abuí, no Rio Trombetas.

"Durante décadas, o isolamento ajudou os quilombolas a manter suas terras protegidas. Seus territórios apresentam grandes extensões de florestas com quase 100% de suas áreas preservadas. Mas o avanço da ocupação dessa região torna os quilombolas cada vez mais vulneráveis a uma série de ameaças, como a exploração madeireira e mineral, planos de exploração do potencial hidrelétrico dos rios que cortam suas terras e ações de pescadores e garimpeiros", afirma Lúcia Andrade.

Avanço

Tomando como base imagens de satélite, a CPI-SP constatou que o desmatamento na área do
CONT.



entorno das terras quilombolas totalizou quase 300 quilômetros quadrados até 2009. "Isso representa 19% de toda área desmatada de Oriximiná, diz Andrade.

É uma situação que pode se agravar ainda mais. Segundo o documento da CPI-SP, nos últimos cinco anos, as comunidades quilombolas em Oriximiná receberam diversas ofertas de parceria por parte de empresas madeireiras para exploração florestal. Isso porque os territórios quilombolas já titulados nessa região apresentam-se como opção bastante atraente para as empresas. Há dois motivos para essa cobiça. O primeiro são as extensas áreas de floresta. O segundo, a situação regularizada.

Em fevereiro de 2011, duas associações ligadas a comunidades quilombolas firmaram acordos para exploração de madeira em seus territórios com a Construtora Medeiros Ambiental, com sede em Tocantins. A parceria é questionada. "Os contratos não fazem referência nem anexam documentos que demonstrem que os membros das associações quilombolas tenham ciência e aprovaram em assembleia os termos do contrato", informa Lúcia Andrade.

"Isso aconteceu porque não existiu depois da titulação uma política pública do governo. Titularam e pronto. As associações não tiveram outra opção", defende Domingos Printes. Como não contam com meios para fazer um monitoramento adequado e garantir que a exploração florestal seja realizada por meio de manejo de baixo impacto, as comunidades terão de correr o risco de ver o território ameaçado.

É um risco real. Um estudo do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) já mostrou que 73% dos hectares explorados no Pará entre 2008 e 2009, por exemplo, não haviam sido autorizados pela Secretaria de Meio Ambiente.

A exploração mineral é outra fonte de preocupação dos quilombolas em Oriximiná. Dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) indicam a existência de 94 processos minerários que incidem em terras quilombolas. Bauxita, fosfato e ouro encabeçam os processos.

A única empresa que já desenvolve atividades de exploração em Oriximiná é a Mineração Rio do Norte, que afirma estar cumprindo todos os requisitos legais para a atividade e com respeito às comunidades quilombolas, sem invasão de terras dessas comunidades.

A Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (Arqmo) discorda e diz que o diálogo com a MRN se iniciou após a denúncia dos quilombolas ao Ministério Público Federal (MPF) de que funcionários da empresa já estavam realizando atividades nas terras, sem uma conversa prévia com as comunidades, e que em nenhum momento nem as comunidades nem a Arqmo deram autorização ou anuência para a realização de pesquisa ou extração de minérios na área.

(Diário do Pará)



Em Getúlio Vargas (RS), índios ocupam área de mais de 4 mil hectares

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 07.10.2013

Questão Indígena: Em Getúlio Vargas (RS), área invadida pelos índios já passa de 4 mil hectares. Em uma das propriedades, desapropriação levou à depressão e suicídio de um produtor rural há alguns anos. Porém, o processo de demarcação de terras continua no estado, sem previsão de solução.

Em Getúlio Vargas (RS), desde 2003 cerca de 60 índios foram implantados na região com o argumento de que o local seria desapropriado. Há 10 anos a área ocupada era de 223 hectares e hoje já alcança 4.230 hectares, onde os índios caçam antas.

O produtor rural, Ademir Maskoski, possui uma propriedade de 20 hectares na região onde são cultivadas diversas culturas, como soja, milho e erva mate. Em 2006, 3 anos após a implantação dos índios no local, o pai de Ademir, inconformado com a situação, entrou em depressão e se suicidou, deixando a esposa, um filho de 1 ano e a mãe de 87 anos. Ademir afirma que o clima na região é tenso e todos os produtores estão desesperados sem saber o que fazer.

Fonte: Notícias Agrícolas // João Batista Olivi e Paula Rocha



Ameaças ao desenvolvimento de populações indígenas e tradicionais são debatidas pelo MPF

SÍTIO REPÓRTER BRASIL, 07.10.2013

Foi realizado na semana passada em Santarém, Pará, o Encontro Regional da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF), que trata de questões relacionadas a povos indígenas e populações tradicionais. Procuradores da República das regiões Norte e Nordeste se reuniram nos dias 3 e 4 de outubro, debatendo os desafios na garantia dos direitos dessas populações. Foram identificadas as maiores ameaças à sobrevivência dos povos e culturas ancestrais brasileiras: os grandes empreendimentos governamentais e privados e a disputa para que as terras tradicionais de comunidades se tornem disponíveis no mercado.

Os procuradores das duas regiões discutem também a atuação para assegurar melhorias na educação e no atendimento à saúde, sobretudo em áreas indígenas e tradicionais impactadas por grandes empreendimentos. “Não temos nenhum registro de grande empreendimento que tenha melhorado a vida das comunidades”, diz a subprocuradora-geral da República Deborah Duprat, que coordena a 6ª Câmara. Uma das principais preocupações do MPF é com a total ausência de consulta prévia às populações atingidas. Atualmente, algumas das maiores obras civis em andamento no país impactam direta ou indiretamente populações tradicionais. Ainda assim, até agora o governo não aplicou adequadamente a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Entre as definições do encontro, procuradores da República decidiram atuar conjuntamente na fiscalização dos projetos de aproveitamento hidrelétrico do governo federal, por bacia hidrográfica afetada. Só na bacia formada pelos rios Juruena, Teles Pires e Tapajós, estão projetadas, em licenciamento ou já em construção, quase 100 usinas entre grandes barragens e pequenas centrais hidrelétricas. Para tentar conter as irregularidades que se repetem nos empreendimentos – ausência de consultas, estudos de impacto incompletos, audiências públicas insuficientes e sem participação, condições prévias de viabilidade deixadas para depois – procuradores de todos os estados afetados trabalham agora em colaboração.

O MPF acompanha casos em que já se pode considerar que houve etnocídio, a morte de culturas indígenas ancestrais, causado por hidrelétricas irregulares. “No caso do povo Enawene Nawe, no Mato Grosso, eles estão impedidos de realizar o ritual de pesca Yăkwa, que é constitutivo de sua identidade, porque as hidrelétricas afetaram dramaticamente a piscosidade do rio Juruena. Hoje, os índios estão reduzidos a aguardar o fornecimento de peixes pelas empresas que administram as usinas”, conta a procuradora da República Márcia Zollinger. “No Xingu temos comunidades que passaram mais de dois anos sem plantar mandioca, fazer farinha e abandonaram o artesanato tradicional. Muitos indígenas passaram a morar na cidade de Altamira em condições muito precárias, graças aos programas de mitigação de impactos de Belo Monte promovidos pela Norte Energia irregularmente. Em vez de mitigar, agravaram os impactos”, relata Thais Santi, procuradora em Altamira.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2013

Brasília, 08 de outubro de 2013.

Para evitar que continue sendo aplicada a política danosa do Estado brasileiro e fiscalizar o cumprimento das garantias previstas na Constituição brasileira, na Convenção 169 da OIT, na legislação ambiental e na que institui políticas para os povos tradicionais, o MPF considera sob proteção especial tanto indígenas e quilombolas, quanto comunidades tradicionais como ciganos, caçaras, pescadores, ribeirinhos, beiradeiros, torrãozeiros, quebradeiras de babaçu, pomeranos, seringueiros, populações de fundo de pasto, manguezais, faxinais e outros.

Um obstáculo jurídico que tem sido utilizado pelo governo federal em quase todos os casos de empreendimentos que violam os direitos dessas populações é o instituto da suspensão de segurança, que permite que presidentes de tribunais superiores suspendam a eficácia de decisões judiciais obtidas pelo MPF. As suspensões começaram a ser pedidas pelo governo no caso da hidrelétrica de Belo Monte, para forçar o andamento do licenciamento ambiental mesmo com as graves irregularidades apontadas. Hoje em dia quase todos os processos do MPF que pedem consulta prévia ou apontam problemas em licenciamentos ambientais sofreram suspensão de segurança. Com isso, o governo consegue iniciar as obras e a situação dos povos afetados só se agrava, sem que a Justiça dê resposta aos problemas.

As resoluções e definições do encontro temático da 6ª Câmara são distribuídas internamente para os procuradores que atuam na defesa dessas populações. O planejamento inclui atuação judicial e extrajudicial, por meio de audiências públicas, recomendações e acordos com autoridades.

Texto originalmente publicado na página do Ministério Público Federal no Pará.

Integrantes da FPA querem saber “quem” patrocinou evento com mil índios em Brasília

SÍTIO AGRO OLHAR, 07.10.2013



A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) cobra explicações do governo federal e de organizações não governamentais sobre o apoio dado aos mais de mil índios e simpatizantes que participaram na semana passada da Mobilização aos Povos Indígenas, em Brasília.

Os integrantes da FPA querem saber quem financiou o movimento e quais são os reais interesses da iniciativa, que acabou por adiar a tramitação da PEC 215, aquela que transfere do Executivo para o Legislativo a prerrogativa de homologar terras demarcadas pela FUNAI.

“Quem os trouxe à Capital Federal para protestos? Foram as ongs, foi o Executivo? De onde saiu a dinheirama para custear tantas despesas? Quanto teria custado esse passeio?”, questiona o presidente da Frente, deputado Luís Carlos Heinze ao afirmar que existem interesses multinacionais para prejudicar a agricultura brasileira.

Etnias de todo o país estiveram em Brasília. Houve comboios por terra e pelo ar. Uma grande estrutura com lonas, refeitório e banheiros químicos foi montada na Esplanada dos Ministérios. O grupo ficou acampado até o último sábado, dia em que se comemorou os 25 anos da Constituição de 1988 que trouxe garantia de direitos aos povos nativos do país.

Os indígenas pressionaram tanto o Executivo como o Legislativo contra a PEC 215 e o projeto de lei complementar (PLP 227), de Homero Pereira, que define os bens de relevante interesse público da União para fins de demarcação de terras indígenas. O texto regulamenta dispositivo constitucional (Artigo 231) que trata do assunto.



MPF emite nota sobre a demarcação de terras indígenas

SÍTIO JORNAL BOA VISTA, 07.10.2013

O Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul, ante a situação de instabilidade social relacionada à demarcação de terras indígenas, vem a público esclarecer a sociedade gaúcha que o Constituinte Federal de 1988, preservando a tradição de respeito às comunidades indígenas, reconheceu aos índios os direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, nos termos do art. 231 da Constituição Federal.

Ao Ministério Público Federal, por sua vez, a Constituição Federal e as normas infraconstitucionais atribuíram a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, dentre eles a defesa em juízo dos direitos e interesses das populações indígenas, conforme arts. 127 e 129, V da Constituição Federal.

À Fundação Nacional do Índio – FUNAI, órgão federal de assistência ao índio, vinculado ao Ministério da Justiça, foi atribuída pelo Executivo Federal a função de instruir o procedimento administrativo e promover os estudos destinados à demarcação de terras indígenas, fulcrado em estudos antropológicos que gozam de presunção de legitimidade e veracidade, de acordo com o Decreto nº 1.775/96. Por sua vez, o Estado do Rio Grande do Sul, por decisão do constituinte estadual, assumiu o compromisso de realizar o reassentamento dos pequenos agricultores assentados em áreas colonizadas ilegalmente pelo Estado, situadas em terras indígenas, nos termos do art. 32 do ADCT da Constituição Estadual.

Bem delineadas as atribuições, é preciso esclarecer que o Ministério Público Federal não faz e nem detém o poder de realizar a demarcação de terras indígenas, competindo isso à FUNAI. Possui o Ministério Público Federal, isto sim, o poder-dever de demandar os órgãos competentes para que exerçam as atribuições que a eles competem, observando-se as prescrições constitucionais e legais que delineiam as esferas de competência. Nesse contexto, o Ministério Público Federal vem a público reafirmar à sociedade que persistirá atuando extrajudicialmente e em juízo para zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.



Comitê de Subregistro Civil entrega documentos aos indígenas de Amambai nos dias 18 e 19

SÍTIO GOVERNO/MS, 07.10.2013

Campo Grande (MS) - O Comitê Gestor Estadual para Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica (CEESRAD/MS), vinculado à Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (Setas) realiza na sexta-feira (18) e sábado (19) de outubro, à partir das 8 horas, no município de Amambai, a entrega dos documentos aos indígenas das aldeias Amambai, Jaguari e Limão Verde.

A ação faz parte do projeto conhecido como "Cidadania, Direito de Todos" e vai entregar os documentos dos índios que foram cadastrados pelo Comitê em ação realizada no mês de abril. Vários órgãos e parceiros estiveram mobilizados em trabalho conjunto para possibilitar o atendimento aos indígenas do município.

Foram feitos 5.946 atendimentos e destes, 1.660 não tinham sequer registro civil de nascimento. Os índios foram devidamente cadastrados e identificados para o acesso aos documentos básicos, como direito de todo cidadão.

Nesta ação foram solicitados além dos registros civis, mais 15 que são segunda via, e também serão emitidos 595 CPFs, 383 Carteiras de Trabalho e 584 RG's, 288 RANI's, além dos 2.421 atendimentos que serão realizados para retificação de documentos pela Defensoria Pública, Ministério Público Estadual e do Fórum da comarca de Dourados.

Ação semelhante foi realizada pelo Comitê, no município de Ponta Porã e em Dourados, onde os parceiros estiveram mobilizados para que todos os indígenas cadastrados e que fossem brasileiros, recebessem pelo menos um documento civil.

Comitê

Compõem o Comitê a Defensoria Pública Estadual (DPE), Tribunal de Justiça/Corregedoria de Justiça, Receita Federal, Secretaria de Estado de Educação (SED), Secretária de Estado de Saúde (SES), Fundação do Trabalho (Funtrab), Assembleia Legislativa, Coordenadoria da Mulher, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Comando Militar do Oeste, Associação dos Cartorários e Registradores de MS (Anoreg), Marinha do Brasil, Polícia Militar Ambiental (PMA), Coordenadoria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial (CPPIR), Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério Público Estadual (MPE), Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) e Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

Fonte: Setas



Formado na Rússia, médico atende índios caingangues em cidade do RS

SÍTIO G1/RS, 07.10.2013

Cleriston Marcolan Bianchessi foi selecionado pelo Programa Mais Médicos. Ele atuará na pequena Lajeado do Bugre, com 2,4 mil habitantes.

Atender pacientes que falam o idioma indígena caingangue dificilmente passaria pela cabeça de Cleriston Marcolan Bianchessi enquanto cursava faculdade de medicina longe do Brasil. Filho de agricultores gaúchos e formado na Rússia, o médico foi selecionado no programa Mais Médicos para atuar em Lajeado do Bugre. A cidade do Norte do Rio Grande do Sul, segundo o IBGE, tem 2,4 mil habitantes.

Bianchessi faz questão de ir até a comunidade do interior do município, como mostra a reportagem do Teledomingo, da RBS TV (confira no vídeo). Ao chegar a uma aldeia caingangue onde vivem mais de 50 pessoas passa de cabana em cabana se apresentando aos novos pacientes. "Bom dia! Meu nome é Cleriston, eu sou o novo médico que vai atender vocês aqui no município", diz aos moradores, sorrindo e estendendo a mão para cumprimentá-los um a um.

Possíveis dificuldades com o idioma caingangue são resolvidas com gestos como segurar na mão de uma criança e parar para, pacientemente, conversar com os moradores. A simpatia conquistou os indígenas, que respondem exibindo suas peças de artesanato ao visitante. "O município está feliz pela chegada deste médico e nós também estamos", diz o cacique Aldo Pinto.

Bianchessi encontrou uma realidade complicada não apenas na zona rural, mas também na cidade. Sem nenhum médico, os moradores só tinham atendimento uma vez por semana, quando um profissional de outro município ia para lá. "Às vezes a enfermeira dá o remedinho e eu volto pra casa", conta a agricultora Idalina da Silva.

O médico faz as contas para acabar com as longas filas que se formam no único posto de saúde da cidade e atender a todos os moradores. "Digamos que faça em torno de 12 a 16 consultas pela manhã, 12 a 16 à tarde, vai dar cerca de 600 por mês. A população é de 2,4 mil habitantes... com certeza vamos conseguir", diz, otimista.

Para o profissional da saúde, no entanto, não basta exercer só a medicina e a matemática. Ele pretende se tornar amigo dos moradores. "Não vou trabalhar só com a medicina, mas tentar descobrir junto com a população, com os pacientes, o que eles gostariam de mudar na sociedade", diz Bianchessi, ainda carregando o sotaque do país onde estudou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2013

Brasília, 08 de outubro de 2013.

O secretário municipal da Saúde, Otaviano Ardenghi, também festeja a chegada de Bianchessi, mas garante que a prefeitura não considera a falta de atendimento uma questão solucionada. “Nós vamos atacar lá na outra ponta, na comunidade, na família, evitando que esses problemas se agravem em vez de se resolverem na hora certa”, garante. Ao que tudo indica, Ardenghi terá um grande aliado.

Contra o mugido das vacas

SÍTIO BRASIL DE FATO, 07.10.2013



Essa é a voz da bancada ruralista formada por 214 deputados e 14 senadores, que querem anular os direitos constitucionais dos índios. Seus "argumentos" são relinchos, bater de cascos, coices no ar e, por isso, não conseguem convencer os brasileiros

07/10/2013

José Ribamar Bessa Freire,

do Blog Taqui Pra Ti

No momento em que a Constituição Federal comemora 25 anos de existência, se ouve o mugido das vacas, o relincho dos cavalos e o trote das mulas que invadem o plenário do Congresso Nacional e se misturam ao zumbido estridente da moto serra. É possível sentir o bufo agressivo que sai em jatos de ar pelas narinas de parlamentares. Essa é a voz da bancada ruralista formada por 214 deputados e 14 senadores, que querem anular os direitos constitucionais dos índios. Seus "argumentos" são relinchos, bater de cascos, coices no ar e, por isso, não conseguem convencer os brasileiros.

Nas principais cidades do país ocorreram manifestações contra esta ofensiva do agronegócio. Nesta semana, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) organizou Mobilização Nacional em defesa dos direitos indígenas. A parte sadia do país disse um rotundo "não" ao pacote de dezenas de Projetos de Emenda Constitucional (PEC) ou Projetos de Lei Complementar (PLP) que tramitam no Congresso apresentados pela bancada ruralista e pela bancada da mineração.

Esses parlamentares querem exterminar as culturas indígenas não por serem gratuitamente malvados, perversos e cruéis, mas porque pretendem abocanhar as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Para ampliar a oferta de terras ao agronegócio, lançam ofensiva destinada a mudar até cláusulas pétreas da Constituição. Exibem despudoradamente seus planos em discursos e através da mídia como os artigos na Folha de São Paulo da senadora Kátia Abreu (PSD-TO vixe, vixe), a muuuusa da bancada ruralista e do deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS vixe vixe).

Causa inconfessável

Quase todos os parlamentares da bancada ruralista tiveram suas campanhas financiadas por
CONT.



empresas de capital estrangeiro como Monsanto, Cargill e Syngente, além da indústria de armas e frigorífico, conforme dados da Transparência Brasil. Afinal, é disso que eles vivem, dessa promiscuidade com o capital estrangeiro, sem o qual não poderiam exportar e comprar produtos. Querem agora liberar as terras indígenas para grandes empresas brasileiras e estrangeiras plantarem monoculturas com agrotóxicos, construir barragens no rios e extrair minérios para a exportação.

No entanto, os ruralistas não podem confessar aos eleitores que seu objetivo é o lucro, apenas o lucro, nada mais que o lucro. Inventam, então, que estão defendendo "os interesses nacionais" e classificam como "anti-Brasil" os que não concordam com eles. Essa é uma velha tática, usada no século XIX, quando o agronegócio da época acusava os que defendiam a abolição dos escravos de representarem interesses estrangeiros. Trata-se de ganhar para uma causa indefensável os brasileiros crédulos que amam sua Pátria. Aí exploram o nacionalismo e apostam na desinformação.

No artigo com título sugestivo - "Causa Inconfessável" - a senadora Kátia Abreu tenta desqualificar os índios e seus aliados com uma argumentação esdrúxula. Sem citar fontes, sem dizer de onde tirou a informação, ela jura que "são mais de 100 mil ONGs, a maioria estrangeira, associadas a dois organismos ligados à Igreja Católica: o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra)".

E por que cargas d'água milhares de ONGs estrangeiras defenderiam as terras indígenas? Na maior cara de pau, ofendendo a inteligência do leitor, a senadora Kátia Abreu, ousa dizer que elas querem destruir a agricultura brasileira. Comete um erro vergonhoso para uma parlamentar ao confundir nação com estado. Exibe sua ignorância deixando no chinelo o Tiririca:

"Os financiadores são países que competem com a agricultura brasileira e que cobiçam nossas riquezas minerais e vegetais. São os mesmos que, reiteradamente, defendem que essa parte do território nacional deve ser cedida, e os brasileiros índios, transformados em nações independentes da ONU".

Tudo nebuloso, deseducativo, desinformativo. A senadora não dá nomes nem aos bois nem às vacas, não diz quais são esses países, não diz quem quer decepar os territórios indígenas do Brasil e omite que as terras indígenas pertencem, constitucionalmente, à União e não aos índios. A "causa" dos ruralistas é, realmente, "inconfessável": cada vez que uma medida prejudica seus lucros, dizem que "é ruim para o Brasil", quando favorece "é bom para o Brasil". O Brasil é a conta bancária deles. Sem confessar a origem dos recursos que financiam os ruralistas, a senadora faz dos índios um tábua de tiro ao alvo:

"É do mais alto interesse nacional - sobretudo do interesse dos próprios índios - saber quando, de onde vêm e como são gastos os milhões de dólares que sustentam a ação deletéria dessas organizações, que fazem dos índios escudos humanos de uma causa inconfessável".

Cavaleira da desesperança

CONT.



"É hora de defender o Brasil", berra o deputado Luis Carlos Heinze no título de seu artigo (3/10), que reproduz o mesmo papo furado, a mesma lenga-lenga, excluindo os índios da comunhão nacional. Ataca a FUNAI - Fundação Nacional do Índio - por identificar "pretensas terras indígenas" contra os ruralistas que ele diz serem "os legítimos detentores de terras". E faz eternas juras de que está defendendo a pátria ameaçada por índios e por ONGs.

Nunca foi tão apropriada a conhecida frase do escritor inglês do século XVIII, Samuel Johnson, aclimatada por Millor Fernandes, no século XX, ao nosso contexto: "O patriotismo é o último refúgio dos canalhas" - escreveu Johnson. "No Brasil, é o primeiro", acrescentou Millor.

A senadora, que se diz católica, bate na mesma tecla. Escreve que os defensores dos direitos indígenas "exercem notória militância política, de cunho ideológico, sob a inspiração da Teologia da Libertação, de fundo marxista". Está zangada com a Igreja, que ela quer defendendo os interesses dos ruralistas e não dos despossuídos, dos injustiçados, dos espoliados. Esculhamba ainda com a FUNAI "aparelhada por antropólogos que compartilham a mesma ideologia".

Mas não se limita aí a cavaleira da desesperança. De arma em riste, ataca outros "inimigos". Ela está convencida de que "além das ONGs e das instituições como o CIMI e a CPT, há dois órgãos voltados para a defesa dos índios: a já citada Funai e a FUNASA, incumbida da saúde e da ação sanitária nas tribos". Kátia é do tempo em que ainda se dizia que índios vivem em tribos.

"Seriam as terras destinadas à agricultura a causa do sofrimento dos índios?" - pergunta em seu artigo. E ela mesma responde: "Quem quiser que tire suas conclusões: os índios brasileiros dispõem de extensão de terra de dar inveja a muitos países". Se um país que é um país sente inveja, imaginem os ruralistas. Por isso, a voz dela, que é a mais estridente no Senado clama:

- Os índios não precisam de terra e sim de assistência social.

Ela chama de "invasão" a resistência dos índios em não permitir que seus territórios sejam apropriados pelo agronegócio e anuncia: "Para reagir ao avanço dessas invasões, apresentei ao Senado projeto de lei que suspende processos demarcatórios de terras indígenas sobre propriedades invadidas pelos dois anos seguintes à sua desocupação".

Foi contra essas medidas do agronegócio e contra esses argumentos preconceituosos e retrógrados que manifestantes se insurgiram em manifestações pacíficas realizadas em Brasília, no Rio, em Belo Horizonte e nas principais cidades brasileiras. Em São Paulo, a manifestação foi aberta pelos txondaro guarani e contou com a adesão de muitos antropólogos, estudantes, professores.

As imagens da manifestação em São Paulo foram registradas e editadas por Marcos Wesley de Oliveira para o Instituto Socioambiental. Em plena avenida Paulista, ele entrevistou lideranças indígenas - Megaron Txucarramãe (kayapó), Renato Silva (guarani), Natan Gacán (xokleng), antropólogos - Manuela Carneiro da Cunha e Márcio Silva (USP), Maria Elisa Ladeira (CTI), Lúcia Helena Rangel (PUC/SP), Beto Ricardo (ISA) e os líderes quilombolas do Vale da Ribeira -

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2013

Brasília, 08 de outubro de 2013.

Nilce Pereira e Ditão.

- Vocês não estão sozinhos - disse a mestrande em Antropologia, Ana Maria Antunes Machado, se dirigindo aos Yanomami, enquanto apontava os manifestantes da Avenida Paulista. Ela falou com bastante fluência em língua Yanomami, pois viveu com eles, com quem trabalhou mais de cinco anos como assessora pedagógica, antes de atuar no Observatório de Educação Indígena coordenado pela pesquisadora Ana Gomes (UFMG). O fato tem forte carga simbólica, por se tratar de alguém tão brasileira quanto a Katia Abreu, mas que, para ouvir os índios e com eles dialogar, aprendeu a língua Yanomami e foi capaz de reverenciá-los (<http://youtu.be/TwCPT17kqO8>).

Respeitem a Constituição. Mobilização indígena nacional

SÍTIO ADITAL, 07.10.2013

Por Egon Heck e Laila Menezes

"Nos respeitem. Respeitem nossos direitos. Não continuem rasgando a Constituição".



Uma semana de intensa mobilização dos povos indígenas que ocupam Brasília há quase uma semana. O enterro "simbólico" com rituais verdadeiros de proeminentes inimigos como Kátia Abreu, Ronaldo Caiado, Gleise Hofmann e Luiz Adams, e a ocupação da Confederação Nacional da Agricultura - CNA são demonstrações inequívocas de uma luta sem tréguas na defesa de seus direitos.

O chão tremeu com o pisar forte e ritmado dos

cantos de guerra, e dos gritos repetidos de fora Katia Abreu. Após o susto inicial, os poucos funcionários se transformaram em plateia silenciosa e curiosa. Os indígenas permaneceram dentro da sede por mais de uma hora em rituais, demonstração de união, indignação e gritos. Sem vandalismo ou violência deram seu recado radical:

Fica uma pergunta sem resposta porque o presidente do congresso esvaziou a casa em plena semana de comemoração das bodas de prata da carta magna? Reza o ditado popular: Quem não deve, não teme. Então porque "fugiram" senhores parlamentares deixando o congresso vazio, desmarcando todas as sessões? Afinal a sociedade pode constatar que os povos indígenas apenas lutam para que se compra a constituição, não são canibais, baderneiros ou cidadãos de segunda categoria. Pelo contrário, talvez tenham sido os brasileiros de raiz que mais defenderam a Constituição.

Na véspera da comemoração dos 25 anos da Constituição, os povos indígenas, expressaram sua indignação, exigências e esperanças: "repudiamos de público os ataques orquestrados pelo governo da presidente Dilma Rousseff e parlamentares majoritariamente ruralistas do Congresso Nacional, contra nossos direitos originários e fundamentais, principalmente os direitos sagrados à terra, territórios e bens naturais garantidos pela Constituição Federal de 1988". Reafirmam: "Diante dessa realidade, de forma unânime, de uma só voz, declaramos e exigimos do Estado brasileiro, inclusive do poder judiciário, que respeite os nossos direitos, que valorize a diversidade e pluralidade da sociedade brasileira. Reafirmamos que vamos resistir, inclusive arriscando nossas vidas, contra quaisquer ameaças, medidas e planos que violem nossos direitos e busquem nos extinguir, por meio da invasão, destruição e ocupação de nossos territórios e bens naturais, para fins desenvolvimentistas e de interesse de uns

CONT.



poucos". Por fim, exigem o arquivamento imediato e definitivo de todas as iniciativas que afrontam seus direitos e a retomada imediata da demarcação de todas as terras indígenas. (declaração em defesa da Constituição Federal, dos Direitos Constitucionais indígenas, quilombolas de outras populações e da mãe natureza)

A volta vitoriosa



Brasília se enfeitou de verde para acolher os povos indígenas, no espaço da esplanada dos ministérios, que já se transformou em patrimônio de luta dos povos originários desse país, na luta pelos seus direitos.

Recado dado, é hora de voltar para as aldeias, onde a vida e luta continuam. Deixaram a capital federal satisfeitos com as mobilizações realizadas numa semana intensa, mas que não tirou o ânimo de quem veio para mais uma

batalha por seus direitos ameaçados e desrespeitados. Vieram para defender e exigir respeito à Carta Magna do país, que eles ajudaram a construir há 25 anos e que em grande parte continua sendo desrespeitada por aqueles mesmos que deveriam ser os primeiros a cumpri-la. Mas também voltam preocupados, pois sentem a má vontade e malvadeza que acontece nos três poderes, ameaçando e violando os direitos indígenas.

Em suas bagagens levam, além das armas que sustentam suas esperanças, arcos, flechas, bordunas, inúmeras lembranças das mobilizações, registros das falas indignadas, dos momentos de tensão e repressão, das centenas de militares postados à sua frente para impedir que pudessem entrar na casa do povo. Levam também a certeza de que voltam às suas terras mais unidos e articulados e com um apoio muito maior da sociedade brasileira, que não apenas viu e vibrou com as manifestações, mas que vai também cobrar o respeito aos direitos e consolidação de um país Plurinacional, respeitador de sua gente raiz, originária.

Povo Guarani Grande Povo

Brasília, 6 de outubro de 2013.



Publicação sobre povos indígenas e o mecanismo de REDD+ na Amazônia é lançada em Brasília

SÍTIO ENVOLVERDE, 07.10.2013



O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM realizou no último dia 26 o lançamento da publicação “Povos Indígenas e o mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) na Amazônia Brasileira – Subsídios à discussão de repartição de benefícios”. O evento contou com o apoio do Fundo Espanhol para América Latina e Caribe e da Embaixada da Noruega.

De acordo com o diretor-executivo do IPAM, Paulo Moutinho, a publicação teve uma série de desafios, pelo momento desfavorável em que se encontram os povos indígenas no

Brasil, frente a ameaças à redução de seus direitos. A publicação foi produzida com o objetivo de oferecer contribuições desses povos sobre as discussões sobre REDD+ e valorizar o importante papel que desempenham na proteção da floresta amazônica, bem como na manutenção do clima regional e global.

“A publicação vai além do REDD+, pois contribui com fundamentos e recomendações que podem ser aplicadas em qualquer mecanismo que reconheça o papel que as populações indígenas exercem na manutenção do clima, da biodiversidade, promovendo e respeitando os direitos assegurados a esses povos. Na publicação estão reunidas perspectivas e reivindicações oferecidas por mais de 90 lideranças indígenas sobre o tema e a questão de repartição de benefícios”, lembrou Paulo Moutinho.

Durante o lançamento, foi realizado um debate sobre repartição de benefícios de REDD+ e povos indígenas, com o objetivo de aprofundar possíveis modelos de governança, de maneira a contribuir para a construção da Estratégia Nacional de REDD+ e de iniciativas de gestão territorial e ambiental nos territórios indígenas.

Sonia Guajajara, representando a COIAB, destacou que graças à parceria com o IPAM foi possível estabelecer um diálogo sobre REDD+ com povos e comunidades em praticamente todos os estados da Amazônia. A representante da COIAB enfatizou ainda, que “o apoio e a parceria das entidades e órgãos que trabalham com a questão indígena são muito importantes para o fortalecimento do movimento indígena na luta por nossos direitos. Os desafios só aumentam e parece que a cada ano se tornam mais difíceis”.

CONT.



Almir Suruí, representante da Associação Metareilá, falou sobre a importância dos planos de gestão para os povos indígenas no Brasil, sobre o Plano de Vida Surui de 50 anos, o Projeto Carbono Florestal Paiter-Surui. Almir também destacou o apoio e as parcerias com diversas entidades, as quais foram fundamentais para o povo Surui conseguir desenvolver seus projetos com vistas à sustentabilidade.

“Nosso povo não conhecia o mecanismo de REDD+ e pedimos apoio do governo para enfrentar os desafios da implementação em nosso território. Nossos desafios hoje vão além da questão da qualidade de vida. Nós queremos mostrar que podemos sim crescer economicamente, pois temos valor ambiental, valor cultural e conhecimento que não são aproveitados com responsabilidade e compromisso. Por isso, precisamos muito de apoio para gerir nossos projetos, para que possamos fortalecer nossa economia e nosso povo, de forma sustentável”, afirmou Almir.

Ao final do encontro, Paulo Moutinho lembrou que uma pesquisa feita em parceria com a Embaixada da Noruega, identificou cerca de 60% das áreas indígenas na Amazônia brasileira sob ameaça de anomalias de seca grave, o que pode significar a redução das chuvas. “Existe um mundo em mudança climática e a adaptação pode ser complicada para os povos indígenas. Isso aponta um desafio não só de preservação e de melhoria da qualidade de vida, mas também sobre a necessidade de um plano de adaptação desses povos que precisam de apoio”, destacou o diretor-executivo do IPAM.

Estiveram presentes no evento representantes do Banco Mundial, da Embaixada da Noruega, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), da Associação Metareilá do Povo Paiter-Surui, da Associação Wyty Caté dos Povos Timbira do Tocantins e Maranhão, da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Serviço Florestal Brasileiro, do Fundo Espanhol para América Latina e Caribe, da Embaixada da Espanha, do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), entre outros.

Programa inédito irá beneficiar indígenas de Tenente Portela e Redentora

SÍTIO PROVÍNCIA FM, 07.10.2013



Inédito no Brasil, o serviço de extensão rural contratado pelo governo federal para ser executado em terras indígenas foi apresentado aos prefeitos e lideranças indígenas da região noroeste, em solenidade realizada na última sexta-feira, em Redentora.

O serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural começa a ser executado por uma equipe multidisciplinar da Emater/RS-Ascar em quatro terras indígenas localizadas nos municípios de

Redentora, Tenente Portela, Erval Seco, Cacique Doble e Charrua. O trabalho, com foco na produção de alimentos, será desenvolvido em dois anos e irá beneficiar 1.500 famílias das etnias Kaingangue e Guaraní.

Embora o foco do trabalho nas aldeias seja a produção de alimentos, a diretoria da Emater/RS-Ascar tem pedido aos extensionistas que vislumbrem outras políticas, ligadas à habitação, crédito, entre outras, que possam melhorar as condições de vida das famílias.

- Redentora é um dos municípios mais pobres do estado e 40% da sua população são indígenas. Esta ação é um clamor das lideranças indígenas - disse o prefeito do município, Marcos Giacomoni.

Povo Terena retoma fazenda em terra indígena de "propriedade" de Pedrossian
SÍTIO PORTAL MOVIMENTOS SOCIAIS, 07.10.2013



Um grupo de 30 lideranças Terena ocupou a fazenda São Pedro do Paratudal, em Miranda (MS), região do Pantanal, no final da tarde de quinta-feira (3). Arrendada para criadores de gado, a propriedade incide sobre a Terra Indígena Cachoeirinha, declarada pelo Ministério da Justiça em 2007. Não houve conflito. A retomada faz parte da Mobilização Nacional Indígena, convocada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, em defesa dos direitos constitucionais e pela demarcação de terras. A intenção dos Terena é pressionar para que

proprietários de terras que incidem sobre Cachoeirinha aceitem o pagamento das indenizações, parte do processo de desintrusão, de modo que a comunidade possa finalmente ocupar seu território tradicional.

Conhecida pelos indígenas como Canta Galo, a fazenda de 600 hectares é propriedade de Pedro Paulo Pedrossian, filho do ex-governador do Mato Grosso do Sul, Pedro Pedrossian. O pai também era proprietário da fazenda Petrópolis, com 1,2 mil hectares incidentes na Terra Indígena Cachoeirinha, mas passou para o nome da filha, Maura Regina Pedrossian.

Durante a ditadura militar, Pedro Pedrossian foi governador biônico do Mato Grosso (antes da divisão do estado), em 66, e governador biônico do Mato Grosso do Sul em 78. Passou pelo PSD, ARENA, PDS, PTB, PDT, PST e PMDB. A fazenda Petrópolis já foi ocupada quatro vezes pelos indígenas. Na primeira tentativa, em 2008, os Terena permaneceram 15 dias na área, sendo expulsos por decisão judicial. Na segunda vez, em 2009, a comunidade permaneceu por sete meses.

O caso foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF) e o ministro Gilmar Mendes deu decisão favorável ao fazendeiro. Dessa vez, os indígenas foram retirados de forma violenta (veja vídeo) da área pela Polícia Federal e Militar. Em 2011, na terceira tentativa, um interdito proibitório os fez sair das terras da Petrópolis. Porém, o interdito também se estendeu a fazenda São Pedro Paratudal, mesmo que os Terena nunca tivessem tentado sequer uma retomada.

No mesmo período, um ônibus escolar Terena foi atacado e incendiado, levando à morte uma jovem indígena e deixando diversas crianças queimadas. A investigação sobre o crime nunca foi concluída, mas os indígenas atribuem o ataque aos fazendeiros, numa tentativa de intimidar o povo. Nada, no entanto, parece demover os Terena de retornar para o território tradicional. No ano passado, outra tentativa de recuperar a Petrópolis: dessa vez foram

CONT.



expulsos por jagunços e parentes do fazendeiro fortemente armado com pistolas e metralhadoras.

Indenizações - Os cerca de 8 mil indígenas que vivem em Cachoeirinha ocupam apenas 2,6 mil hectares da terra indígena, apesar da Portaria Declaratória determinar 36 mil hectares. O restante da área é tomada por 54 propriedades rurais. A Fundação Nacional do Índio (Funai) realizou o levantamento de benfeitorias em 12 dessas propriedades. Os recursos para os pagamentos estão disponíveis, mas os fazendeiros ainda não pegaram a verba. Ao contrário, as ameaças seguem contra os Terena. Em entrevista ao portal G1, o advogado Newley Amarilla, de pecuaristas da região do Pantanal onde há conflito com indígenas, disse: "A partir de hoje, se houver invasão [indígena], os produtores que estão lá em Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia prometem reagir e ficar, se necessário for, à bala".

Relatório Figueiredo - Pedrossian também é citado no Relatório Figueiredo, documento encomendado pelo ministro do Interior Albuquerque Lima, em 1968, e produzido pelo produtor Jader Figueiredo. Ele contém denúncias detalhadas, fotos e depoimentos de dezenas de índios e funcionários do antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) sobre a morte de indígenas em todo o país.

O nome do ex-governador é citado por Figueiredo: "O senhor governador de Mato Grosso, Pedro Pedrossian, propõe a celebração de um convênio em que o sr. Ministro da Agricultura, general Ney Braga, autorize a doação de 35.000 hectares; que o convênio foi celebrado e é escandalosamente ilegal". O acordo teria ocorrido em 17 de junho de 1966.

Ruy Sposati* de Miranda (MS) ar Terena foi atacado e incendiado, levando à morte uma jovem indígena e deixando diversas crianças queimadas. A investigação sobre o crime nunca foi concluída, mas os indígenas atribuem o ataque aos fazendeiros, numa tentativa de intimidar o povo. Nada, no entanto, parece demover os Terena de retornar para o território tradicional. No ano passado, outra tentativa de recuperar a Petrópolis: dessa vez foram expulsos por jagunços e parentes do fazendeiro fortemente armado com pistolas e metralhadoras.